

As Igrejas-base na Diocese de Apucarana e suas relações de poder (1968-1982)

Alfredo Dos Santos Oliva¹
Ricardo Mendes²

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhranpuh.v12i34.44017>

Resumo: O objetivo desse artigo é demonstrar como o exercício do poder episcopal moldou as comunidades eclesiais de base na diocese de Apucarana/PR. A partir de meados da década de 1960 observa-se, na América Latina, o surgimento de comunidades eclesiais de base no catolicismo. Esse fato histórico está relacionado à renovação que se observava na Igreja católica, com o Concílio Vaticano II (1962 – 1965) e com o II Encontro do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em Medellín, Colômbia, 1968. Além de historicizar as comunidades eclesiais de base no catolicismo brasileiro e as Igreja-base na diocese de Apucarana, optamos por fazer um recorte temático: focalizaremos o exercício do poder do bispo diocesano em relação às Igreja-base. Assim, nosso aporte teórico-metodológico será construído a partir de Michael Foucault, com sua analítica do poder.

Palavras-chave: Diocese de Apucarana; Igreja-base; relações de poder.

The base-churches in the Diocese of Apucarana and their relations of power (1968-1982)

Abstract: This article aims is to demonstrate how the episcopal power practice has shaped the ecclesial communities at the basic at the Diocese of Apucarana. Since 1960 it has been noticed the emergence of basic ecclesial communities at catholicism in Latin America. This happen die to the renovation of the catholic church observed in the Second Vatican Council (1962 - 1965) and in the second Latin American Episcopal Conference placed in Medellín, Colombia in 1968. A discription of history about the basic ecclesial communities

¹ Professor Associado do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e pós-doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Email: alfredoliva@yahoo.com.br

² Licenciado e bacharel em História pela UEL – Londrina (2006), Mestre em História Social – PPGHS – UEL – Londrina (2010), atualmente é professor do ensino médio e fundamental da Rede Estadual de Ensino no Estado do Paraná. Email: ricardo.men@hotmail.com

in the brazilian catholicism and the basic-church in the Diocese de Apucarana is going to be made. And also a thematic cut is going to be done. The practice of the diocesan bishop power in respect to the basic-church is going to be focused. There fore Michael Foucault an his analytic power is going to provide the fundamental principal of this article.

Keywords: Diocese of Apucarana; Church-base; Power relations

Las Iglesias-base en la Diócesis de Apucarana y sus relaciones de poder (1968- 1982)

Resumen: El objetivo de este artículo es demostrar cómo el ejercicio del poder episcopal moldeó las comunidades eclesiales de base en la diócesis de Apucarana. A partir de mediados de la década de 1960 se observa en América Latina el surgimiento de comunidades eclesiales de base en el catolicismo. Este hecho histórico está relacionado con la renovación que se observaba en la Iglesia católica, con el Concilio Vaticano II (1962 - 1965) y con el II Encuentro del Consejo Episcopal Latinoamericano (CELAM), en Medellín, Colombia, 1968. Además de narrar la historia de las comunidades eclesiales de base en el catolicismo brasileño y las Iglesia-base en la diócesis de Apucarana, optamos por hacer un recorte temático: enfocaremos el ejercicio del poder del obispo diocesano con relación a la Iglesia-base. Así, nuestro aporte teórico-metodológico será construido a partir de Michael Foucault, con su analítica del poder.

Palabras clave: Diócesis de Apucarana; Iglesias-base; relaciones de poder

Recebido em 06/08/2018- Aprovado em 06/11/2018

As CEB's surgiram como fenômeno no catolicismo brasileiro em meados da década de 1960, como a expressão prática de um movimento chamado de *cristianismo da libertação*. Vários países da América Latina estavam passando por um processo de modernização como a que implicava, por exemplo, na industrialização do Brasil, da Argentina e do Chile. Junto a essa modernização, a maioria dos países passavam por ditaduras militares. Segundo o sociólogo Michael Löwy, se junta a esse contexto histórico um fator interno à Igreja católica: a renovação observada a partir da ascensão do papa João XXIII e da convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Há também, um fator externo: a Revolução Cubana (1959). Ambos proporcionaram reflexões e esperanças nos movimentos sociais e políticos, bem como em alguns setores da Igreja católica. Desse contexto surgiram as CEB's.

Michael Löwy, ao criar a expressão “cristianismo da libertação”, procurou entendê-lo como um movimento mais abrangente que uma vertente da teologia ou um

movimento do catolicismo. Compreende o autor que o contexto social e as culturas locais moldaram a prática e a fé dos adeptos desse movimento. A proposta de Löwy é observar tal fenômeno como um movimento social, que tem a capacidade de mobilizar as pessoas em favor de objetivos comuns, como produzir uma série de valores e significados práticos para a vida cotidiana das pessoas. Esse “cristianismo de libertação” buscava a liberdade das amarras humanas históricas junto a uma forte crítica moral ao capitalismo dependente típico do continente daquele período (LÖWY, 2000, p. 61).

Esse movimento agrega concepções e análises teológicas com questões sociológicas. Era elaborada uma crítica à idolatria do dinheiro entendido como um adversário da religião e não o ateísmo que era imputado ao comunismo. As análises teológicas também versavam sobre a prática dos cristãos; principalmente no que diz respeito à sua politização. O capitalismo dependente também era compreendido sociologicamente e reconsiderado na teologia e tratado como um pecado. A sociedade era compreendida em suas estruturas de classe nas quais havia uma preferência em seu discurso para a evangelização e “conscientização” dos pobres. O espaço para efetivação desse movimento eram as CEB’s.

Além de relacionar a história das CEB’s com o contexto mais amplo do catolicismo brasileiro optamos, para essa discussão, fazer um recorte temático: focalizaremos as relações de poder exercidas sobre as CEB’s. Assim, nosso aporte teórico-metodológico será influenciado pelo pensamento de Michael Foucault, especialmente no que diz respeito à suas reflexões sobre o poder.

O filósofo francês procura entender como o poder se dá na prática (FOUCAULT, 2006, p.7). Só existe poder porque há “relações de poder”. O poder pode ser visível nessas relações. O poder não está em um lugar, nem se deve dizer que alguém o detenha. O poder se exerce. Através da análise da microfísica das relações entre o exercício do poder episcopal, orientado pelas diretrizes do Concílio Ecumênico Vaticano II, a organização diocesana e a prática das CEB’s observaremos as singularidades da experiência das igrejas-base³ e os saberes locais das comunidades na diocese de Apucarana.

O acontecimento histórico não aparece como algo pronto e acabado, bastando ao historiador narrá-lo. Os fatos ganham movimento no momento em que o pesquisador estabelece uma rede de relações, permeada por conceitos históricos, que possibilite sua observação também em movimento. Dessa forma, observamos as igrejas-base na diocese de Apucarana inseridas em um contexto histórico mais amplo que seria o da criação da diocese e sua concretização a partir das normas advindas do Vaticano II e das orientações

³ Na diocese de Apucarana as CEB’s eram denominadas de igrejas-base pelo plano diocesano.

da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Segundo o plano diocesano⁴ – documento no qual está descrito toda a estrutura organizacional da diocese – a noção de “Igreja” parte do conceito “Igreja – povo de Deus” do Concílio Ecumênico Vaticano II. Para o plano diocesano a igreja-base é um “nível de igreja”. No decorrer do nosso artigo apontaremos as diferenças entre as igrejas-base e as CEB’s.

As Igrejas-base na diocese de Apucarana – Paraná, no período de 1968 a 1982 eram descentralizações das paróquias. A comunidade era formada por poucas famílias – em torno de cinco a sete – que moravam em uma mesma região definida geograficamente (mesmo quarteirão ou água⁵ na zona rural). Reunia pessoas que compartilhavam a mesma fé e estabeleciam laços de solidariedade e identidade. Compartilhando essa fé, as pessoas procuraram se integrar à Igreja institucional. As igrejas-base não são comunidades autônomas. Além disso, são basicamente, compostas por pessoas das camadas populares da sociedade.

As Igrejas-base compartilham de algumas características comuns a outras experiências de lugares diferentes. A princípio nosso objetivo era analisar a experiência das igrejas-base dando ênfase a suas manifestações políticas. Isso poderia colocar essas comunidades em condições de igualdade a outras experiências.

A fim de apreender melhor o significado da expressão CEB, apresentaremos algumas definições correntes desse fenômeno e, posteriormente, a definição de igrejas-base. O teólogo Faustino Luiz Couto Teixeira, em seu estudo sobre essas comunidades, afirma que não há apenas uma definição para o fenômeno e que pode variar de acordo com o lugar. Essas comunidades, segundo o teólogo, eram pequenos grupos de fiéis que se reuniam em torno da discussão da Bíblia e confrontando-a com sua realidade. (TEIXEIRA, 1988, p. 305)

Esses grupos de fiéis que se reuniam em torno da leitura da bíblia podiam formar pequenos grupos, com algumas pessoas em alguns lugares, ou serem grupos com um maior número de participantes agregando um espaço geográfico maior. Neste, o agrupamento de pessoas se dá a partir de limites espaciais que podem ser um bairro, um povoado ou vizinhança.

Esses fiéis reunidos, não só discutiam a bíblia como também faziam orações. Havia ainda um aspecto presente nos encontros das comunidades, como pode ser

⁴ Plano Diocesano de Ação Orgânica (PLADAO) era um documento que dava base a toda estrutura organizacional da diocese. Após a assembleia diocesana era redigido o plano que vigorava no ano sendo renovado no ano seguinte. Exemplares dos Planos diocesanos que tivemos acesso estão arquivados na Gráfica Diocesana.

⁵Termo utilizado na região norte do Paraná para designar uma vizinhança na zona rural.

observado no final da citação acima: “[...] confrontando-a com a própria vida e tendo em vista a prática de transformação [...]” (TEIXEIRA, 1988, p. 305). O caráter religioso da comunidade dava espaço, também, a uma dimensão que ia além do religioso. Expressões como a própria vida e a prática de transformação revelavam uma ligação entre a dimensão religiosa e a vida prática das pessoas.

No plano diocesano, a descrição da igreja-base se aproxima, em partes, da de outras definições. Na definição de Teixeira, a Comunidade Eclesial de Base é uma reunião de pessoas da mesma denominação religiosa, fazendo parte do mesmo grupo social, no qual as pessoas refletiriam e discutiriam a bíblia e a sua situação cotidiana. O que pode ser percebido no início do plano diocesano de Apucarana. Porém, podemos apontar singularidades desta definição. É uma comunidade que reúne pessoas diferentes, não só os pobres materiais ou espirituais. O termo eclesial demonstra que essas comunidades devem permanecer atreladas ao corpo da Igreja. Quando se refere à base, o documento menciona o nível mais básico de Igreja. Com relação a este fato particular, há uma semelhança ao aspecto levantado por Leonardo Boff que entende base como “tecido elementar cristão”. Na base está o elementar do cristianismo, o evangelho. (BOFF, 1993, p. 463)

O documento segue propondo que o elo das pessoas entre si e com a Igreja se dava na questão da solidariedade e fraternidade, no qual cada pessoa em comunidade pode viver todos os aspectos da Igreja no nível básico.

Propomos entender a Igreja-base como uma comunidade de cristãos católicos circunscritos a um espaço geográfico e institucional definido pelo plano diocesano como “nível básico de igreja”, em que as pessoas se relacionam de forma direta discutindo o evangelho e o seu cotidiano enquanto comunidade e a partir daí se integraram à Igreja de forma efetiva.

O Concílio Vaticano II e suas repercussões na América Latina e no Brasil

Em 25 de janeiro de 1959, o papa João XXIII convocou um Concílio. Dizia ele que era preciso “fazer passar uma corrente de ar fresco” na Igreja e “sacudir a poeira imperial” que a cobria. Seus objetivos eram adaptar a Igreja ao mundo contemporâneo – o que chamou de *aggiornamento* – e, além disso, abrir caminho para reconstituição da unidade cristã. O Concílio Vaticano II teve dimensões globais. Como nos concílios anteriores, os bispos poderiam levar seus “assessores”, especialmente teólogos. João XXIII convidou também teólogos de outras denominações cristãs. De 1962 a 1965, reuniram-se, em Roma, “mais de dois mil bispos e centenas de teólogos de todas as partes do mundo”, para o Concílio Vaticano II. (SKIDMORE, 1988, p. 99)

O papa Paulo VI, que assumiu a Igreja após a morte de João XXIII em 1963,

deu prosseguimento aos trabalhos do Concílio Vaticano II. Ele convidou ouvintes leigos e criou um serviço de imprensa para acompanhar e divulgar os trabalhos do Concílio, o que funcionava seguindo certa liturgia. Em Roma foram escolhidas algumas comissões que prepararam os assuntos que seriam discutidos e que foram chamados de “esquemas”, isso antes de começar as reuniões do Concílio. No início das reuniões, esses esquemas eram analisados e discutidos por grupos especializados, compostos por clérigos e leigos convidados, que redigiam textos para serem apresentados a todos nas secções do Concílio. Por fim, esses textos eram levados à votação para serem aprovados. (DELUMEAU, 2000, p. 275)

O Concílio Vaticano II teve quatro sessões, sendo a primeira em 1962 e as demais nos outonos de 1963, 1964 e 1965, cada qual, com duração de aproximadamente três meses. Nos primeiros encontros do Concílio, houve a preocupação em não oferecer à Cúria romana a direção dos trabalhos no temor de que as assembleias fugissem do propósito da convocação conciliar. Porém, até o fim dos trabalhos, a maioria desejava a adaptação da Igreja com o mundo contemporâneo, e uma minoria, mais apegada à tradição, que não via com bons olhos essa “modernização” da Igreja.

Os textos votados pelo Concílio Vaticano II dividem-se em: constituições⁶, decretos⁷ e declarações⁸. Com relação à doutrina católica, a constituição mais importante foi a *Lumen Gentium* (Luz das Nações), na qual a Igreja passou a se definir como “povo” reunido por Deus, em que todos os fiéis têm responsabilidades. Deixa-se uma visão hierárquica, piramidal e institucional e passa-se a entender como uma comunidade de fiéis.

Com a constituição *Gaudium et spes* (Alegria e esperança), o Vaticano levou em conta as mudanças sociais da época e colocou a Igreja em diálogo com o mundo no que se refere às questões sociais.

O Concílio Vaticano II foi um “divisor de águas” para a Igreja católica, pois encerrou uma fase inaugurada com o Concílio de Trento (1545 – 1563), período que o

⁶ Constituições são os documentos principais do Vaticano II. Seus textos são reservados para a exposição dos pontos principais da doutrina cristã católica. Existem três tipos de constituição: constituição dogmática, pastoral e constituição simplesmente. As dogmáticas tem intenção de ensinar doutrinas, propor novas explicações do magistério da Igreja e até propor doutrinas novas. As pastorais exprime as relações e posicionamentos da Igreja perante o mundo. (VIER, Frederico (Coord.). **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979. p. 32-33.

⁷ Decretos são documentos que propõem orientações disciplinares com relação ao clero, aos leigos, sobre aspectos da liturgia. (VIER, 1979. p. 32-33)

⁸ Declarações são novidades do Concílio Vaticano II, estas são posições oficiais da Igreja sobre assuntos internos e externos a mesma. (VIER, 1979. p. 32-33)

catolicismo romano rompeu com o nascente mundo moderno e se confrontou com as correntes espirituais, culturais e políticas que emergiram do conjunto da renascença e de modo particular, da Reforma Protestante. (BEOZZO, 2001, p. 27)

No Concílio, foram reformuladas doutrinas e estruturas como uma forma de tentar retirar a Igreja católica da crise que se acentuou após a Segunda Guerra Mundial. Entre outras coisas, fora aprovada no Concílio a missa nas línguas nacionais, abolindo-se a missa em latim. O Concílio Vaticano II procurou, em seus temas, valorizar a posição do leigo, que era chamado de “povo de Deus” para que este pudesse aumentar a sua participação nas questões da Igreja. (SERBIN, 2001, p. 99)

O Concílio, segundo a interpretação dos teólogos ligados à *teologia da libertação*⁹, é o maior evento da história do catolicismo nos últimos séculos. (BEOZZO, 1985, p. 27) Os temas propostos por João XXIII, ao convocar o Concílio Vaticano II, foram: a abertura ao mundo moderno; a unidade dos cristãos; e uma preferência especial para com os mais pobres. Dentre esses temas a Igreja latino-americana de dedicou mais ao último, dessa forma passou a orientar os bispos para a criação e desenvolvimento de comunidades cristãs de base (CELAM. Documentos da CELAM – Medellín (1968), 2004, p. 137).

Outras mudanças, ou esperanças de mudança, foram sentidas na Igreja no pós-concílio. A abertura ao mundo proposta deu-se, principalmente, com relação à aproximação, compreensão e uso da ciência moderna. Isso possibilitou um diálogo maior com a sociedade de maneira geral. A questão do ecumenismo fez a Igreja procurar um diálogo mais aberto com outras igrejas cristãs ou não cristãs.

A unidade dos cristãos também fazia referência a uma melhor organização nos níveis diocesanos da Igreja. Uma renovação no que diz respeito à colegialidade episcopal, ou seja, a função e ação dos bispos, que no pós-Concílio deveriam trabalhar de maneira cooperativa e seguindo orientações das conferências episcopais de cada continente e país.

Na constituição *Lumen Gentium*, a Igreja católica se auto definiu no documento; a noção de “povo de Deus” se apresentou entre o capítulo sobre o mistério da Igreja e o

⁹ Teologia da Libertação é um conjunto de textos produzidos teólogos e clérigos latino-americanos a partir de 1970. Teólogos como Gustavo Gutiérrez (Peru), os irmãos Leonardo e Clodovis Boff (Brasil), José Miguel Bonino e Enrique Dussel (Argentina), Juan-Luis Segundo (Uruguai) entre outros são as figuras mais importante desse movimento teológico. A Teologia da Libertação também pode ser considerada a expressão de um movimento social mais amplo, dentro e fora do catolicismo. Movimento que envolveu o clero progressista das décadas de 1960 e 1970, movimentos leigos (Ação Católica, a JUC, a JOC), as pastorais sociais da igreja Católica, as CEB's. Nesse sentido, acompanhamos a proposição de Michael Löwy de compreender a teologia da libertação como um movimento mais amplo chamando-o de *cristianismo da libertação*. Cf. *O cristianismo da libertação na América Latina* In: LÖWY, 2000, pp. 56-134.

capítulo sobre sua hierarquia. A teologia predominante no período em que aconteceu o Concílio Vaticano II tinha como uma de suas preocupações uma abertura da Igreja ao mundo contemporâneo. Nessa adaptação, a importância dos leigos passou a ser uma das principais questões, pois a Igreja necessitava que estes fossem membros ativos.

Tal preocupação, por parte da Igreja, veio à tona quando a instituição orientou a criação do movimento chamado de Ação Católica (AC) na década de 1960. No papado de Pio XI, os responsáveis pela pastoral observaram que, para renovar a Igreja, era preciso valorizar os leigos. Daí a criação de movimentos específicos para os leigos. Na criação da JOC, uma das primeiras formas da AC, estudos procuravam focalizar o estatuto do leigo e sua função na Igreja. Buscava-se evitar a ideia de Igreja como uma organização hierarquizada, procurando observá-la como um corpo único. E procurando ver o papel do leigo nesse corpo.

Posteriormente à criação desses movimentos, observou-se uma gradativa preocupação com os leigos por parte da Igreja. Conforme Almir Ribeiro Guimarães compreende, ao comentar sobre a teologia do período, que havia a predisposição a “[...] integrar o leigo na Igreja. Insistia na necessidade de se chegar a uma posição em que o leigo não fosse apenas receptivo, mas tomasse consciência da necessidade de uma ação cristã nos domínios profano, social e internacional.” (GUIMARÃES, 1978, p. 151)

A teologia procurava observar o leigo de forma efetiva e positiva, pois este é parte do povo de Deus em sua secularidade. O cristão deve estar a serviço da religião em seu cotidiano.

Segundo a interpretação de alguns teólogos latino-americanos, foi a partir do Concílio Vaticano II que a Igreja, ao ver seus fiéis como membros de um mesmo corpo, deixou para trás uma visão hierarquizada de sua estrutura. Os membros da Igreja, clero e leigos, passaram a ser identificados a partir de sua responsabilidade de ser cristão. Segundo Almir Ribeiro Guimarães a Igreja “libertou-se da 'obsessão da autoridade' e da preponderância jurídica que pesava sobre os seus tratados há mais de um século, operou uma recentralização vertical em Cristo e uma descentralização horizontal sobre a comunidade e o Povo de Deus.” (GUIMARÃES, 1978, p. 151)

Com o conceito “povo de Deus”, o Concílio Vaticano II buscou atingir um dos seus principais objetivos, o da aproximação com o mundo contemporâneo e a dinamização da Igreja. Era preciso dinamizar a prática pastoral da Igreja. Assim, o conceito de Igreja como “Povo de Deus” procura eliminar a separação clero e laicato e compreendê-los como membros de um mesmo corpo.

A noção “Povo de Deus” e sua aplicação na compreensão de Igreja acabou gerando grandes esperanças de renovação. Porém, é preciso analisar a questão da relação clero e laicato com cautela, pelo fato de a recepção das orientações conciliares terem

estado a cargo de cada bispo e, sendo assim, as relações clero e leigo deveriam passar pela compreensão que o bispo tinha da noção povo de Deus.

Analisando os Planos Diocesanos e o Jornal Pulsando – que servia de suporte para as reuniões das Igrejas-Base, observamos, na diocese, que as relações entre clero e laicato não superaram o “conflito” hierarquia/laicato. É possível compreender que houve uma maior dinâmica e comunicação entre as estruturas diocesanas, nas quais leigos e clero mantiveram suas funções e posições no corpo da Igreja.

O Vaticano II teve repercussões importantes na Igreja católica do Brasil. O Concílio aconteceu no momento da existência de um processo de reformulação própria da pastoral no país. Dois documentos redigidos pela CNBB reúnem as orientações para essa reformulação: o Plano de Emergência (PE) de 1962¹⁰ e o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) de 1965¹¹.

Como o próprio nome sugere, o PE foi a formulação de práticas emergenciais a fim de satisfazer, no Brasil, as decisões tomadas no Vaticano II. No entanto, era necessário arquitetar um plano de longo prazo e que pudesse prever ações para adaptar a ação pastoral das dioceses brasileiras à imagem projetada do Vaticano II. O PPC, aprovado pela CNBB no final do Concílio em 1965, tinha por objetivo central colocar em prática, em cada diocese, as orientações conciliares.

As transformações internacionais na Igreja contribuíram para legitimar as mudanças que estavam acontecendo na Igreja católica brasileira favorecendo novas modificações.

A opção feita pela Igreja no Brasil, a partir da confecção do PPC, foi a de aplicar as decisões do Vaticano II pela ação pastoral. Os bispos, em suas dioceses deveriam, a partir de sua prática pastoral, aplicar o Vaticano II. “a porta de entrada para a compreensão do Concílio no Brasil foi, portanto, a pastoral e não a discussão teórica dos documentos, sob o aspecto doutrinal.” (BEOZZO, 2001, p. 242)

O PPC era organizado em seis linhas de trabalho: 1) promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja; 2) promover a ação missionária; 3) promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica; 4) promover a ação litúrgica; 5) promover a ação ecumênica; e 6) promover a melhor inserção do povo de Deus, como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus.

Dentre essas linhas, o PPC dava mais ênfase à primeira, era composta de uma série de sugestões para a renovação paroquial proposta pelo Vaticano II. Enquadrava-se

¹⁰ CNBB. *Plano de emergência para a Igreja no Brasil. Cadernos da CNBB, nº 1 – 1963*. 2ª ed. Paulinas, 1963.

¹¹ CNBB. *Plano de pastoral de conjunto. 1966 – 1970*. Ed. Livraria Dom Bosco, Rio de Janeiro, 1965.

nessa linha também a conclamação a uma maior participação do leigo, em comunidades locais, nessa renovação paroquial. Conforme o texto do PPC as paróquias deveriam ser compostas de várias comunidades de base e o pároco deveria ser o coordenador dessas comunidades integradas (CNBB. *Plano Pastoral de Conjunto (PPC)*, 1998, p. 42)

Seguindo essas orientações, as dioceses deveriam promover algumas ações práticas para efetivar essa renovação pastoral nas paróquias, como incentivar a criação e a organização dessas comunidades.

As outras linhas de ação do PPC deveriam ser concretizadas nas dioceses de forma orgânica. As ações catequéticas, missionárias, litúrgicas e ecumênicas deveriam convergir para uma maior efetivação da participação do leigo e de uma maior adaptação da prática religiosa católica ao mundo contemporâneo. Em síntese, o PPC foi o elo entre o Vaticano II e Igreja no Brasil. As dioceses poderiam, a partir do PPC, organizar-se segundo a imagem projetada pelo Concílio.

Se o Concílio Vaticano II foi realizado em âmbito mundial, em 1968 realizou-se em Medellín, Colômbia, o segundo encontro do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano). Este foi uma tentativa, segundo Ralph Della Cava, de “traduzir os ensinamentos do Concílio Vaticano II em termos da realidade desta parte do Terceiro Mundo.” (DELLA CAVA, 1986, pp. 13-46).

Em Medellín, os bispos procuraram dar a forma latino-americana às conclusões do Vaticano II. Um dos aspectos mais relevantes do documento de Medellín estaria relacionado à maneira como os leigos se organizariam em sua prática religiosa: a formação de comunidades de base nas zonas rurais e entre os marginalizados urbanos.

O catolicismo, na América Latina, passou a se concentrar nos leigos em comunidades de base. Percebemos neste trecho a preocupação, especialmente nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos, com o ser humano latino-americano em seu contexto social e histórico. A base desse catolicismo começou a se formar a partir da identidade de seus membros em seus contextos.

A comunidade se formará à medida que seus membros adquirirem um sentido de pertença que os leve a ser solidários numa missão comum, e consigam uma participação ativa, consciente e fortificante, na vida litúrgica e na convivência comunitária. Para isso, se torna mister fazê-los viver como comunidade, inculcando-lhes um objetivo comum: alcançar a salvação mediante a vivência de fé e de amor (CELAM. Documentos da CELAM – Medellín (1968), 2004, p.138).

No contexto do pós-Concílio, a Igreja brasileira, através do PPC, e a Igreja do continente latino-americano, procuraram adaptar suas práticas aos preceitos votados pelo Concílio, no que tange principalmente quanto à formação e coordenação das CEB's e observar os leigos em seus contextos sociais.

A orientação conciliar referentes à realidade dos fiéis foi marcante na segunda reunião do CELAM. Em Medellín, os bispos elaboraram uma declaração na qual pediam por justiça social e condenavam o subdesenvolvimento e a violência existentes na América Latina. Foi a partir desse encontro que foram lançadas as bases para o surgimento da teologia da libertação, que serviu de apoio para a Igreja mais progressista.

Ao tratar da Igreja católica, mesmo em diferentes épocas e lugares, é necessário, ao observador, compreender que podem existir várias “igrejas”, movimentos, dissidências no interior desta. Um dos primeiros a fazer essa observação foi Gramsci; o autor italiano procurou compreender o papel que a Igreja exercia na sociedade de seu tempo. O dirigente e pensador comunista manifestou também grande interesse pela religião de modo geral e sua influência nas classes sociais, pois observou, as diferenças internas da Igreja a partir das diferentes orientações ideológicas e das distintas classes sociais que compunham clero e fiéis. Observou que “toda religião é em realidade uma multiplicidade de religiões diferentes e frequentemente contraditórias” (GRAMSCI, 1978, p. 144).

A partir desse critério é que devemos observar a Igreja católica. Esta não é um bloco homogêneo, como pôde ser observado na Igreja no Brasil. Bispos tiveram práticas pastorais divergentes, movimentos completamente opostos, como por exemplo o Cristianismo da Libertação e o Movimento de Renovação Carismática Católica (MRCC).

Mesmo no próprio clero, vemos uma variedade de posições a respeito da doutrina, da atuação política da Igreja, enfim, uma diversidade de tendências no seio do catolicismo.

Michael Löwy aponta quatro tendências na Igreja latino-americana: Um grupo que chamou de ultra conservador como o grupo “Tradição, Família e Propriedade”; Um segundo grupo mais tradicionalista contrário a Teologia da Libertação e ligado a Cúria Romana; Um terceiro grupo que chamou de “reformista e modernista” com certa autonomia intelectual em relação às autoridades romanas e ligado ao Episcopado Latino-Americano que se formou, predominantemente, na Conferência de Puebla em 1979; e um quarto grupo de uma pequena mas influente minoria de radicais, ligados à Teologia da Libertação e aos movimentos populares, de trabalhadores e camponeses (LÖWY, 1991, p. 30).

Essas correntes não só se encontravam na hierarquia, mas também se

entrecruzavam nos órgãos diocesanos de cima a baixo. Porém, mesmo a Igreja da América Latina possuindo essa variedade de posições, todas concorriam para união da instituição, prevalecendo por fim os objetivos religiosos.

A Diocese de Apucarana e o exercício de poder

A diocese de Apucarana foi instituída através da bula papal *Munus Apostolicum*, do Papa Paulo VI, em 28 de novembro de 1964. Foi instalada na cidade em 28 de março de 1965, que também é a data da posse do primeiro bispo diocesano, D. Romeu Alberti. Antes de ser diocese, Apucarana pertencia à arquidiocese de Londrina. Foram desmembrados territórios das dioceses de Londrina e Campo Mourão que passaram a pertencer à nova diocese. Abrangia vinte e cinco cidades do centro-norte do Paraná, de Itaguapé até Ivaiporã. Um contingente populacional, que naquele momento, era de aproximadamente de seiscentos mil habitantes. A nova diocese contava com vinte e cinco sacerdotes religiosos e três diocesanos, divididos em vinte e cinco paróquias.

A posse do primeiro bispo de Apucarana, como afirmado, se deu em 28 de março de 1965. Foram celebradas três missas pela manhã e a tarde chegou à cidade a comitiva trazendo D. Romeu Alberti que era bispo-auxiliar na Arquidiocese de São Paulo. Jornais da época estimavam que houvesse participação de mais de cinquenta mil pessoas na cerimônia de posse.

D. Romeu Alberti foi transferido da diocese de Apucarana para a arquidiocese de Ribeirão Preto em 9 de julho de 1982. Foram dezoito anos à frente da diocese apucaranesa registrados pelo jornal *Pulsando*¹². Em 15 de agosto de 1982, data da despedida oficial de Apucarana, houve uma edição especial do jornal em homenagem à sua dedicação.

Nesse exemplar, há um testemunho de D. Romeu sobre sua atuação na diocese desde a chegada em 1965. Nesse depoimento, consta como se deu a preparação do bispo para poder atuar na diocese. Influenciado pelas suas experiências anteriores, principalmente de assessor da ACB, e pelo Vaticano II, D. Romeu começou a pastorear seu novo rebanho.

Nos documentos analisados¹³, em vários momentos, percebemos que, quando se demonstram como foram se estruturando os departamentos da nova diocese, houve

¹² DIOCESE DE APUCARANA. *PULSANDO*. Jornal mensal, editado para toda diocese a partir de março de 1973. A gráfica diocesana possui um arquivo com exemplares do jornal.

¹³ As fontes principais dessa discussão são os “Planos diocesanos de ação orgânica (PLADAO)” e os jornais “*Pulsando*”. Para a biografia e trajetória do bispo diocesano foi utilizada a biografia de D. Romeu Alberti de autoria de Antônio Atallah: “*Dom Romeu Alberti: pastor e acadêmico*” s/d. Diocese de Apucarana.

sempre uma preocupação em dar um sentido a cada ação do clero. O que pôde ser notado no testemunho de D. Romeu. “Ao chegar, de várias maneiras, fomos suscitando uma interrogação geral: Somos Igreja Diocesana Apucaranaense. Para quê? A resposta era cada vez mais clara: Somos Igreja Diocesana Apucaranaense para sermos neste Centro-Norte do Paraná o Sacramento da comunhão dos homens entre si com Deus.” (PULSANDO,1982 p. 2)

Naquele momento, comunhão significava algo mais amplo que o ritual da consagração na missa. Comunhão era a integração de clero e laicato. Logo após tomar posse em Apucarana, D. Romeu fez uma breve visita a todas as paróquias que compunham a recém-criada diocese. Desde essa primeira visita, no primeiro semestre de 1965, ficou acertado que aconteceria, no ano seguinte, a primeira visita pastoral a todas as paróquias. O objetivo dessa visita era, além de conhecer a realidade da diocese, preparar a ação pastoral. Esta seguiria a eclesiologia do Vaticano II. “Desejávamos que nossa Igreja Diocesana Apucaranaense encarnasse a visão eclesiológica da Igreja, apresentada pelo II Concílio Ecumênico do Vaticano.” (PULSANDO,1982 p. 2)

O bispo D. Romeu Alberti tinha uma visão orgânica da ação pastoral diocesana. A Igreja deveria funcionar como um grande organismo, em que cada membro teria sua função dentro deste corpo.

Nessa fase, na qual o bispo procurava conhecer sua diocese, houve outra influência dos tempos de bispo auxiliar de São Paulo, o método ver-julgar-agir.

Não conhecíamos a realidade da Diocese e muito menos sabíamos os caminhos por onde deveríamos conduzir nossa Igreja Diocesana para que no Centro-Norte Paranaense, fosse o Sacramento da Comunhão dos homens entre si e Deus. Ocorreu-nos então seguir o método que havíamos vivido profundamente em nosso tempo de assistente eclesiástico e ação católica: **‘ver, julgar e agir’**. Tratava-se agora de aplicar um método não individualmente, nem tão pouco através de um grupo particular, mas **diocesanamente**. Todos, quanto possível, deveriam ser integrados no processo. (PULSANDO,1982, p. 2)

A estruturação da diocese foi sendo construída tomando por base esse método. A primeira etapa do método - o ver, foi colocada em prática na diocese na organização, em cada paróquia, através da visita pastoral do bispo. Em reuniões do clero, em cada

paróquia, no decorrer de 1965, foram levantados alguns aspectos considerados importantes pelo bispo. Primeiro, se identificavam em mapas a sede das paróquias e suas capelas. Segundo, em cada paróquia, se levantavam os livros tomos¹⁴ e de contabilidade, bem como todos os registros de imóveis junto à mitra diocesana. E por último, se fazia uma espécie de levantamento socioeconômico de cada paróquia. Eram coletadas informações sobre a quantidade de população, sua situação educacional, trabalho, meios de comunicação, saúde, religião, divertimentos (nesse item, informações sobre práticas esportivas e culturais), vícios (meretrícios, consumo de álcool e outras drogas) e organizações eclesiais.

A medida que as paróquias iam enviando à diocese essas informações, era agendada a visita pastoral do bispo em cada localidade da diocese. Acabada a primeira etapa de preparação, iniciava-se a visita propriamente dita.

Na segunda etapa da visita pastoral, o território da diocese foi mapeado e dividido em quatro zonas pastorais: Apucarana, Ivaiporã, Colorado e Astorga. Nesse momento, a visita acontecia seguindo um certo protocolo. Abria-se a visita com uma chegada solene do bispo à sede paroquial. O bispo era acompanhado do clero local e de localidades vizinhas. Era celebrada uma missa. Após a missa, era realizada uma reunião com todas as lideranças da paróquia, do clero e do laicato. Em seguida, era feita uma visita a todas as capelas, escolas públicas e outros locais onde pudessem haver as celebrações. Nesses locais, fazia-se uma oração e uma reunião na qual eram apresentados, para o bispo, os dados que foram levantados anteriormente. “Isso era ocasião para ver com os próprios olhos a realidade que o levantamento oferecera e para refletir um pouco com eles sobre a realidade.” (PULSANDO, 1982 p.4)

A preocupação do bispo era conhecer a realidade de cada local da diocese. Após o Vaticano II, os planos de várias dioceses refletiam a necessidade de um contato mais direto e efetivo do clero com o leigo. As visitas pastorais tinham a função de fazer um reconhecimento que, posteriormente, proporcionaria uma melhor adequação da ação pastoral da diocese a nova preocupação da Igreja pós-conciliar. A aproximação do clero da realidade cotidiana dos leigos. Além disso, era necessário fazer com que as pessoas conhecessem o novo bispo.

O bispo diocesano, em um segundo momento, reunia toda a comunidade onde

¹⁴ Cada paróquia deve fazer um registro dos atos de instituição do templo local. Construção do templo, exortações do pároco, balanço econômico, festividades, falecimento de eclesiásticos, chegada do novo pároco, atas, visitas do bispo, notas de Encíclicas, morte do papa. Esses registros devem ser feitos pelo pároco atual. O decreto *Christus Dominus* do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) estabelece que é atribuição do bispo diocesano fazer a visita pastoral a toda a diocese. No caso particular da diocese de Apucarana, a visita pastoral, era o momento de por em prática as

estava acontecendo a visita, para duas palestras que versavam sobre a família. “A família seja uma pequena Igreja” e “A Igreja seja uma grande família” esses eram os títulos dessas palestras a cargo do bispo.

A primeira tinha como finalidade dar às famílias a consciência de ser uma Igreja doméstica, sob a responsabilidade do chefe da família, que deveria, com a cooperação da esposa, promover, dentro de suas possibilidades, todos os aspectos eclesiais em sua família. As grandes distâncias e os poucos sacerdotes me levaram a despertar essa responsabilidade. (*PULSANDO*, 1982, p. 4)

A representação da família nuclear, sob a responsabilidade de um chefe, se aproxima da visão da Igreja como um organismo funcional. Tal concepção da Igreja como família também tem respaldo no documento conciliar.

A segunda palestra do bispo girava em torno da concepção inicial de como seria a pastoral diocesana. A Igreja era apresentada como espaço de comunhão de pessoas. No final dessas palestras, D. Romeu abria para discussão e para sugestões da comunidade com relação organização local da paróquia. A partir dessas sugestões, foi se estruturando o plano de organização da diocese.

Após essa etapa, havia a preparação para o sacramento da crisma, preparação dos padrinhos e confissões. Uma nova reunião com as lideranças acontecia. Por último, se retornava à matriz, e era discutido como seriam organizados os planos para cada paróquia. O encerramento da visita pastoral acontecia com uma missa com o sacramento da crisma.

Todo esse acontecimento durava aproximadamente uma semana e iniciava-se com a chegada a matriz da zona pastoral, seguida da visita a cada capela e paróquia da zona pastoral e finalizava com a celebração da crisma da matriz. Esse processo era a etapa do ver. Após as visitas pastorais reuniam-se os padres junto ao bispo para avaliar a visita e já traçar as metas de atuação junto a cada zona pastoral. Essa era a etapa do julgar.

Em 1968, a partir das primeiras visitas pastorais, a diocese esboça o primeiro plano diocesano de pastoral. O bispo diocesano divulga esse primeiro plano em uma reunião do episcopado regional em Apucarana. De 1968 à 1970 aconteceram outras visitas pastorais. Em 1970, foi elaborado um plano diocesano: “Normas para uma organização renovada na diocese de Apucarana”.

normas do plano diocesano a partir da influência do Vaticano II.

Em todo o nosso território diocesano de Apucarana entraram em vigor a partir de 28 de março de 1970, as presentes normas para uma organização renovada, até hoje modificadas em aspectos secundários. São diretrizes de uma organização renovada em nossa Diocese a serem paulatinamente e progressivamente executados dentro de uma prudência verdadeira e dinâmica, que exclui antecipações intempestivas, imobilismo estagnante e lentidão injustificada. (PULSANDO,1982, p. 4)

Esse documento foi o 1º esboço da organização da diocese de Apucarana feito em 1968. Em 1969, o bispo diocesano apresentou tal plano para o episcopado paranaense. Em 1970, foi elaborado novas “normas...” que serviu de base para o “PLADAO”. Em nosso recorte temporal, há quinze volumes desse documento (1968 a 1982). Esse documento é um livro de mais de 300 páginas que, primeiro descreve a hierarquia da Igreja católica, do Papa até o bispo diocesano e suas funções. Está reproduzido o ato declaratório de personalidade jurídica da diocese de Apucarana. Há um cronograma das reuniões do clero para o ano de vigência do plano. Consta um breve histórico da criação do PLADAO e sua implantação na diocese. Segundo, há o anuário diocesano em que consta todos os presbíteros e serviços da diocese.

Os dois documentos acima mencionados tinham, enquanto meta, servir de base para a organização diocesana em Apucarana. Essa nova organização começou a ser posta em prática em 1970 a partir da divulgação do primeiro PLADAO. Assim, em todas as missas, encontros, reuniões de conselhos em seus vários níveis, nas reuniões das igrejas-base, em todos os lugares da diocese era mencionada a necessidade de uma renovação paroquial. Assim, “a presente estrutura foi pensada para ser um instrumento de encarnação das ideias do Concílio Vaticano II”. (DIOCESE DE APUCARANA. *XIº Plano diocesano de ação orgânica*, 1976, p. 2)

Um tema é de fundamental importância, e de certa forma, moldam a reestruturação da diocese de Apucarana: A concepção da Igreja como “Povo de Deus”.

O “PLADAO” traz um histórico de implantação dessas normas para diocese e no início traz, em linhas gerais, a concepção de Igreja que embasa a estrutura diocesana.

Igreja, Povo de Deus, comunhão de pessoas de igual dignidade fundamental, com funções diversas, porém organicamente integradas para o bem do todo; por

disposição do próprio Cristo, há funções a serem exercidas pelo Ministério Eclesial da Hierarquia, hoje Bispo, Presbítero e Diácono, constituídos ‘por ordenação’; há também funções a serem exercidas pelo laicato através do Ministério Eclesial Ordinário (Leitor, Acólito) ou Extraordinário (de Eucaristia, Batismo, Palavra, Diaconia), conferido ‘por instituição’ litúrgica especial, da Igreja Universal ou nossa Igreja Particular, como também através de serviços vários não conferidos por alguma instituição litúrgica; (DIOCESE DE APUCARANA. *XIº Plano diocesano de ação orgânica*, 1976, p. 24)

A partir do Vaticano II a Igreja passou a se compreender como “um povo organicamente ordenado”. O conceito usado é “povo de Deus”. Os membros desse povo de Deus são todas as pessoas¹⁵, que aceitam pertencer a esse povo de Deus e que é importante e tem igual dignidade, todos buscam o mesmo fim, a salvação. Antes do Vaticano II, a salvação era conseguida por meio dos sacramentos que eram ministrados exclusivamente pelo clero, constituídos em uma hierarquia. O concílio não acabou com a hierarquia, mas diminuiu a distância entre o clero, que eram os autorizados a oferecer os sacramentos e os leigos os receptores dos sacramentos. Os leigos¹⁶, após o Vaticano II, também passaram a colaborar na prática dos sacramentos.¹⁷

Todos os membros do povo de Deus são iguais, porém o que os distingue são as funções que cada um exerce. Estes são os membros que compõem a hierarquia: o bispo, os presbíteros (padres) e os diáconos. Aos leigos era possibilitado exercer algumas

¹⁵ “Em qualquer época e em qualquer povo é aceito por Deus todo aquele que O teme e pratica a justiça. Aproveu com tudo a Deus santificar e salvar os homens não singularmente, sem nenhuma conexão uns com os outros, mas constituiu-os num povo, que O conhecesse na verdade e santamente O servisse.” (LG 9). “Todos os homens são chamados a pertencer ao povo de Deus” (LG 13).

¹⁶ “Pelo nome de leigos aqui são compreendidos todos os cristãos, exceto os membros de ordem sacra e do estado religioso aprovado na Igreja. Estes fiéis pelo batismo foram incorporados a Cristo, constituídos no povo de Deus e a seu modo feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo povo cristão na Igreja e no mundo.” (LG 31 p. 77)

¹⁷ Para efetivar as decisões conciliares no Brasil, a CNBB elaborou o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC). O Vaticano II se concretizaria pela reorganização e planificação diocesana. No entanto, essas ações deveriam ser assumidas pelos bispos. O PPC colocava como requisito para sua aplicação uma adesão pessoal do bispo. O que procuramos demonstrar foi, de fato, essas decisões e reorganização diocesana a partir do projeto advindo do Vaticano II.

funções através de “instituição” especial, uma espécie de autorização para ministrar um sacramento específico como, por exemplo, o batismo, a eucaristia. A todos era permitido ser coordenador de algum serviço específico como: juventude, economia, finanças, etc.

A Igreja, além de povo de Deus, ainda é espaço para comunhão de pessoas em torno do mesmo significado: a salvação.

Todos os membros da Igreja têm corresponsabilidade em sua estrutura. Todos fazem parte de um mesmo corpo, a diversidade de seus membros deve colaborar para a construção do todo que deve ser construído de maneira orgânica.

A eclesiologia do Vaticano II foi absorvida na diocese de Apucarana. O plano estrutural da diocese previa a existência de estâncias de difusão do poder diocesano desde o bispo até as famílias. Assim, a diocese estava organizada em níveis eclesiais e serviços diocesanos. Essa noção é fundamental para se compreender a ação pastoral do bispo diocesano e a dinâmica das igrejas-base, como também a forma como estão assentadas as relações de poder.

A diocese de Apucarana estava dividida em seis níveis eclesiais: Igreja-diocese; Igreja-zona pastoral; Igreja-paróquia; Igreja-diaconia; Igreja-base e Igreja-família. “Nível é a comunidade, que vive a globalidade de todos os aspectos eclesiais e humanos da vida do povo.” Nota-se que a denominação de cada um dos níveis é precedida pela palavra “Igreja” na concepção que o Vaticano II dá para a mesma, ou seja, a noção de Povo de Deus, que abrange cada um desses níveis dela. (PULSANDO,1982, p. 13)

Em cada um desses níveis diocesanos, existe um chefe-eclesial e nos quatro primeiros, os chefes são clérigos. Em nível diocesano, o chefe-eclesial é o bispo, nas zonas-pastorais são padres escolhidos diretamente pelo bispo, assim como, nas paróquias da diocese. No nível da igreja-diaconia, o chefe também faz parte do clero, é o diácono.

O bispo diocesano de Apucarana participou das últimas sessões do Vaticano II, em 1964 e 1965. Em algumas oportunidades, dissertou sobre a necessidade da renovação do diaconato permanente na Igreja.

Logo ao iniciar seu trabalho pastoral na diocese, D. Romeu Alberti atentou para um problema do catolicismo naquele período, a falta de padres diocesanos. Em 1965 a nova diocese contava com vinte e cinco sacerdotes religiosos e apenas três diocesanos. Havia a necessidade de se construir um seminário para formação de futuros padres.

Além de dar início a construção de um seminário para a formação inicial sacerdotal, o bispo diocesano procurou empregar o que havia discutido nas sessões do Vaticano II que tinha participado. D. Romeu Alberti vislumbrou a possibilidade de amenizar a escassez de padres através da restauração do diaconato permanente.

As Igrejas-base da Diocese de Apucarana e suas relações de poder

O plano diocesano é uma diretriz, um caminho a ser seguido pela diocese em toda sua pastoral no ano de vigência de cada plano. Nele estava previsto como deveria ser cada nível de igreja e cada serviço de igreja.

Os planos diocesanos eram como “fontes oficiais” do episcopado de Apucarana. Tinham o formato de um “livro” que continha, em média, 300 páginas. No início de cada plano, havia uma breve descrição de toda a hierarquia da Igreja católica. Posteriormente, era descrita toda a organização da diocese. Eram narradas as feições de cada nível de igreja, suas características, as tarefas e responsabilidades do chefe eclesial do nível e de que forma se estabeleceriam as relações entre os níveis. Posteriores a isso, eram apresentados todos os serviços de igreja, as funções dos responsáveis de serviço e como estes se integravam à “ação orgânica” da diocese, no respectivo nível à que estava subordinado. Posteriormente existia um “anuário” da diocese no qual eram apresentados todos os membros do clero nas suas respectivas paróquias e diaconias e, também, o calendário das reuniões do clero em todos os níveis de igreja.

No período que abordamos, foram publicados quinze planos diocesanos. A autoria deles foi atribuída ao bispo diocesano Dom Romeu Alberti. No decorrer da pesquisa, essa fonte se mostrou muito rica e, além disso, extensa, o que nos fez optar por selecionar partes do documento para estabelecer nossa análise. Utilizaremos alguns exemplares desses planos, pois, estes mudavam pouco à medida que eram publicados, conservando praticamente a mesma estrutura textual.

Na análise do “PLADAO”, classificamos algumas categorias de análise por temas. O plano diocesano iniciava com uma breve introdução e posteriormente uma descrição de toda a hierarquia católica - desde o Papa até os sacerdotes paroquiais. Essa primeira parte classificamos como “hierarquia católica”. Depois havia a reprodução dos documentos de fundação da diocese de Apucarana. Esse item é classificado como “documentos da diocese”. Faziam parte deste item, a fundamentação canônica para criação da diocese, o “ato declaratório de personalidade jurídica da mitra diocesana de Apucarana ou Diocese de Apucarana” e, também, a fundamentação e descrição das funções do bispo diocesano.

A parte do plano diocesano que mais nos interessa consta, primeiro, de um breve histórico da diocese na confecção de um plano de ação pastoral diocesano. O item se divide em dois: “I - Fase de Preparação” e “II - Fase de Realização”. A fase de preparação foi descrita desde a concepção da ideia de planificação da pastoral diocesana e intenção de efetivar um plano diocesano conforme a concepção de Igreja advinda do Vaticano II e do PPC da CNBB. Na fase de realização, consta a divisão da diocese em “níveis de igreja”, a responsabilidade dos chefes de cada nível e dos “conselhos de igreja”.

Posteriormente, cada nível de igreja era descrito detalhadamente. Classificamos esse item como “normas para a organização diocesana”.

Depois da descrição dos níveis de igreja, o plano diocesano apresenta todos os “serviços diocesanos”, nos quais constam as características e funções de cada serviço e também os deveres do responsável. No final do “PLADAO”, consta uma espécie de anuário da diocese seguido de um calendário litúrgico e um calendário de reuniões e outras atividades diocesanas.

Apontamos também que após as primeiras visitas pastorais, o bispo diocesano esboçou um primeiro plano organizacional da diocese. No momento em que esse plano se consolidou enquanto ideia, e, posteriormente como proposta foi divulgado, em uma reunião do episcopado paranaense em 1968. No intervalo de 1968 até 1970, outras visitas pastorais aconteceram e nestas o esboço do “PLADAO” foi sendo construído. Em 1970, foi elaborado um plano diocesano, as “normas para uma organização renovada na diocese de Apucarana”.

Em 28 de março de 1970 estas “normas” entraram em vigor. Posteriormente, este texto passou a ser a base para a confecção do “Plano diocesano de ação orgânica”.

No “PLADAO” consta também a reprodução do “ato declaratório de personalidade jurídica da diocese de Apucarana”, em que são descritos os limites territoriais da diocese, as responsabilidades dos membros do clero em seus respectivos níveis de igreja, nos serviços diocesanos e nas demais instâncias da Igreja católica em Apucarana.

Há uma descrição das funções do bispo diocesano, bem como as fundamentações teológicas e canônicas para seu cargo. Posteriormente, há um cronograma das reuniões do clero para o ano de vigência do plano.

Nas relações de poder da diocese, serviço era uma ação determinada e específica da Igreja. Os serviços deviam estar integrados a um nível. São exemplos de serviços: economia e finanças, comunicação, ação catequética, juventude, etc.

Falaremos agora do “nível de igreja” – igreja-base. No IXº plano diocesano há uma descrição da igreja-base:

A Igreja-base será uma comunidade integrada por umas seis, oito ou dez famílias, mais ou menos semelhantes, preferivelmente residentes numa aproximação geográfica, o que possibilitará uma riqueza maior de valores humanos integrados para a solução de problemas comuns eclesiais, e com animação evangélica até temporal. (DIOCESE DE APUCARANA. XIº Plano Diocesano de Ação Orgânica.

1976)

Assim como nas CEB's, o primeiro aspecto integrador do grupo é a proximidade geográfica. Vizinhos do mesmo bairro, do mesmo quarteirão na zona urbana ou vizinhos na zona rural. Seguindo a ideia do plano diocesano, essa proximidade geográfica proporcionaria uma melhor relação entre os membros da igreja-base. Pois, segundo o próprio documento, os membros criariam laços de identidade e de cooperação e juntos elaborariam solução para problemas eclesiais.

Por problemas eclesiais, podemos entender a falta de padres, as distâncias em relação à sede das paróquias, fato que dificultava uma assistência espiritual mais efetiva e a concorrência de outras denominações religiosas.

As igrejas-base não se isolavam do ponto de vista religioso ou social. O cotidiano e os problemas comuns eram também partilhados nas reuniões das igrejas-base, o que reforça a importância dessas comunidades na orientação política de seus membros.

O aspecto comunitário das Igrejas-base é o mais importante na concepção do plano diocesano. Outros critérios de organização dessas comunidades não são tão importantes como faixa etária ou seguimento profissional. Só na comunidade é possível manter o que o documento, mais à frente, chama de relacionamento primário.

Os documentos da diocese de Apucarana tinham quase sempre, a mesma organização textual. Apresentam seu conceito de igreja-base e pontuam cada termo desse conceito. Para fins de análise, optamos por citar a definição completa, assim como está no plano diocesano, e comentar cada aspecto.

Poderíamos pois, descrever a Igreja-base da seguinte maneira: é uma “COMUNIDADE” (não horda, bando, grupo de trabalho ou de vida, sociedade, massa, aglomerado, serviço ou movimento da Igreja), “ECLESIAL” (não comunidade política distrital, municipal ou federal, mas comunidade eclesial global sintetizada linhas do PPC), “DE BASE” (nível básico da Igreja, coordenado pela Diaconia, dentro da Paróquia, Zona Pastoral e Diocese, unindo Famílias), “EM QUE HÁ UMA UNIÃO PERMANENTE” (não transitória), “DE PESSOAS HETEROGÊNEAS” (não homogêneas no sexo, na idade, na cultura, no status social, no papel social, nem nas finalidades parciais, porque não é grupo, nem serviço, nem

movimento, mas comunidade global), “COM RELACIONAMENTO PRIMÁRIO” (não secundário) “FRATERNAL” (não comercial, nem geográfico, mas de Família Divina), “PESSOAL” (não funcional, nem profissional, nem impessoal), “QUE VIVEM” (não refletem, nem estudam simplesmente), “TODOS OS ASPECTOS” (não um só aspecto específico e determinado, como acontece com os Serviços e Movimentos de Igreja, mas os seis aspectos do PPC da CNBB, sintetizados nos três aspectos de evangelização, celebração e serviço), “DA VIDA DA IGREJA” (não de um Movimento ou Serviço da Igreja), “NO NÍVEL BÁSICO” (que reúne seis ou mais Igrejas-Famílias, coordenadas pela Igreja-Diaconia, e aberto para todos os outros níveis eclesiais).

Optamos por manter os grifos no original por acharmos que, assim, poderíamos ter uma melhor compreensão de como foi pensada a Igreja-base no plano diocesano. O documento define a “comunidade” partindo do que ela não era. Não era “massa” nem “aglomerado” de pessoas ou um conjunto de pessoas ligadas por laços profissionais e/ou funcionais. Eram as “relações primárias” que davam um caráter religioso àquela configuração social.

A respeito do adjetivo “eclesial” entende o documento que esta é uma comunidade que se agrega à rede social da Igreja. Portanto, não é uma instância autônoma dentro da Instituição. E pelo fato dessas comunidades de base terem sido entendidas como a aplicação do que foi pensado no Vaticano II e do que foi elaborado pela teologia da libertação, essas comunidades eclesiais deveriam atuar para a renovação da Igreja. Seguindo essa linha podemos pensar o próprio título dado ao esboço do “PLADAO”: normas para uma “organização renovada” da diocese. O Vaticano II fazia um apelo à renovação da prática católica. O instrumento para essa renovação foi o PPC da CNBB. Observamos aqui, que a experiência da diocese de Apucarana tem certa originalidade, mas em vários momentos nossas fontes apontam para o fato de que as propostas diocesanas deveriam se integrar às linhas determinadas pela CNBB.

A “base” é entendida como nível básico de Igreja. Aqui uma particularidade da experiência de Apucarana. Pois, a igreja-base é nível de igreja. A comunidade não é um movimento específico com um fim em si. Ela é uma parcela do povo de Deus. Assim como a diocese, as zonas pastorais, as paróquias, as diaconias e a Igreja-base são um

nível.

A igreja-base está subordinada a uma diaconia, que por sua vez está abaixo da paróquia, e assim por diante até o bispo, em uma relação ascendente.

Os níveis de igreja entrecruzavam toda a extensão diocesana e todos os católicos da diocese eram afetados por esses níveis, independente de seu contexto social, econômico ou cultural.

O “PLADAO” previa uma união permanente de pessoas diferentes no interior desses níveis de igreja. Segundo a concepção do plano, essa heterogeneidade presente na igreja-base representaria uma totalidade, eram vividos todos os aspectos da Igreja no interior de uma pequena comunidade.

Os membros das igrejas-base tinham um relacionamento total - ou primário - fraterno, pessoal e viviam (ou deveriam viver) todos os aspectos da Igreja planejados pela CNBB através do PPC. O documento se tornou redundante nesse aspecto, mas não de forma involuntária. A insistência em mostrar a igreja-base como um nível, não independente da Igreja como um todo, pode ser compreendido como uma forma de respaldar a experiência de Apucarana. A igreja-base não era um movimento, não era uma pastoral, um grupo de oração, mas sim uma Igreja toda no nível básico.

Todo esse processo que ocorreu na diocese de Apucarana de 1968 até 1982 tem sua originalidade, porém o clero, e principalmente o bispo diocesano, se esforçavam em mostrar que o que estava acontecendo na diocese, com as igrejas-base, era uma orientação nacional. Os bispos que aderiam às propostas do Vaticano II e as colocaram em prática em suas dioceses o fizeram por entender que o momento era de renovação da estrutura e prática da Igreja.

Na distribuição de poder da Igreja na diocese de Apucarana, cada nível tinha seu respectivo chefe.¹⁸ Sendo que este era subordinado ao chefe do nível acima. No caso das igrejas-base, seu chefe era subordinado ao diácono da igreja-diaconia.

O chefe da igreja-base era escolhido a cada ano pelos membros de cada comunidade. Esse líder tinha uma série de responsabilidades e tarefas a serem exercidas na comunidade. Deveria se reunir com cada chefe de cada família¹⁹, pelo menos uma vez

¹⁸ “A palavra ‘chefe’ tem sua conotação teológica retirada da função de Cristo-Cabeça ou chefe do Corpo Eclesial, a Igreja. Cristo-Cabeça torna-se visível na Igreja como seu chefe, particularmente através daqueles que constituídos como seus ministros por ordenação ou instituição, com respectiva missão canônica, são chefes visíveis da Igreja em seus vários níveis.” IXº Plano diocesano de ação orgânica. 1976. p.20

¹⁹ Segundo o plano diocesano, a família também era um “nível de igreja”. O nível elementar da Igreja. O bispo diocesano em suas visitas pastorais, nas homilias e nas palestras que ministrava para as paróquias, falavam a importância da família. Segundo D. Romeu Alberti “a Igreja deveria ser como uma família” e a “família deveria ser uma pequena Igreja”. Daí a importância também da

por mês, para o planejamento e avaliação da caminhada da comunidade. O chefe da igreja-base deveria se reunir também com os casais da comunidade para planejamento e avaliação. Sob a liderança do chefe de igreja-base junto aos casais se formava o conselho básico.²⁰ Que fazia o planejamento e avaliação das reuniões da igreja-base.

Segundo o plano diocesano, todos os níveis de igreja tinham características semelhantes com relação às suas instâncias de poder. Todos os níveis possuíam um chefe (da igreja-diocese era o bispo, da igreja-zona pastoral era o sacerdote responsável e, assim, de forma vertical e descendente até a igreja-família). Em todos os níveis, havia um conselho que era formado pelo chefe e pelos responsáveis de níveis abaixo e dos serviços de igreja. Conforme descreve o plano:

Cada Igreja, em seu respectivo nível, terá seu Chefe-Eclesial Global e Imediato, com e sob o qual se viverá a Comunhão Eclesial: o bispo da Igreja-Diocese; o Presbítero Vigário Zonal na Igreja-Zona Pastoral; o Presbítero Vigário Paroquial na Igreja-Paróquia; o chefe a Diaconia na Igreja-Diaconia; o chefe de base na Igreja-base; o chefe de família na Igreja-Família. (DIOCESE DE APUCARANA. *XIº Plano Diocesano de Ação Orgânica*, 1976, p.20)

Os níveis de igreja, na diocese, deveriam se relacionar com harmonia, assim como seus “conselhos eclesiais”. O plano diocesano previa que: “Cada conselho deverá viver em comunhão eclesial com e sob respectivo chefe eclesial global e imediato que a preside.”

Havia também outro aspecto que era comum entre os níveis de igreja: a visita pastoral. Essa prática, que se iniciou com o bispo diocesano logo após a criação da diocese em 1965, foi prevista nos planos diocesanos para serem executadas em todos os níveis deste. Na igreja-base, estava também presente essa prática. Era uma das tarefas do chefe da comunidade, fazer a visita pastoral a todas as famílias que compunham sua igreja-base. Os objetivos dessa visita eram semelhantes aos de outros níveis: conhecer a comunidade e fazê-la conhecer, conforme o roteiro previsto no jornal *Pulsando*, o

família para a estrutura diocesana e sua estreita relação com as igrejas-base.

²⁰ Para cada nível de igreja existiu um conselho formado pelo chefe do nível junto aos membros escolhidos pela comunidade. No caso da igreja-paróquia, por exemplo, o chefe era o pároco e formavam o conselho paroquial o pároco (chefe), os diáconos, ministros, os chefes das igrejas-base, os responsáveis pelos serviços diocesanos, como por exemplo, catequese, finanças, juventude, etc.

funcionamento da igreja-base.

Nessas visitas se cumpriam outras exigências de responsabilidade dos chefes que eram de informar sobre a Igreja, no Brasil, no mundo, e também na diocese. O subsídio para isso eram os jornais *Pulsando*.

O chefe devia também se reunir com os grupos que poderiam vir a formar um serviço na igreja-base, como por exemplo, um serviço básico de juventude ou de catequese. Esses serviços deveriam estar em sintonia com a organicidade da diocese em seus vários níveis e estar subordinado ao chefe da igreja-base.

Haverá em cada nível de Igreja os respectivos Serviços Eclesiais, como órgãos de assessoramento consultivo e executivo para servir à Igreja em um determinado setor de sua vida. Os Serviços Eclesiais estão à serviço da Igreja de seu nível e não o contrário. Assim pode haver serviços diocesanos, zonais, paroquiais... de Ação Catequética, Ação Litúrgica, Promoção Humana, etc. (DIOCESE DE APUCARANA. *XIº Plano Diocesano de Ação Orgânica*. 1976, p. 20)

O chefe deveria coordenar a reunião da igreja-base conforme o roteiro do jornal *Pulsando*. Coordenaria também a leitura e reflexão comunitária da bíblia, a revisão de vida, ou seja, uma forma de reflexão comunitária que acontecia nas reuniões da igreja-base. O membro da comunidade deveria observar sua vida, à luz dos evangelhos e dos ensinamentos da Igreja. Esta forma de oração comunitária era uma das partes importantes das reuniões. Dirigiria também as orações comunitárias, como os terços ou novenas. Era dever do chefe, também, acompanhar a formação de novas igrejas-base que, por ventura, pudessem surgir através do método ver-julgar-agir. (BELTRAMI, Diocese de Apucarana. s/d)

A realidade dos membros das igrejas-base foi levada em conta na prática das reuniões. No plano diocesano foi previsto a atuação do chefe na solução de problemas extra religiosos que pudessem afligir a comunidade. “Coordenar a comunidade para que todos se animem cristãmente na solução de certos pequenos problemas temporais de âmbito local.” (DIOCESE DE APUCARANA. *XIº Plano Diocesano de Ação Orgânica*, 1976. p.26) Não fica claro quais seriam esses problemas e nem de que forma seria a atuação da comunidade perante eles.

O Jornal Pulsando como um Caminho para a Prática das Igrejas-base

O jornal *Pulsando* da diocese de Apucarana foi muito importante para a prática das igrejas-base no período estudado. Esse jornal começou a ser editado em março de 1973 e até hoje circula, mensalmente, pela diocese. Nas primeiras edições, o jornal era composto basicamente de duas partes. Uma primeira parte era composta de um informativo diocesano, em que constavam todas as ações do bispo diocesano, reuniões que participava com o clero estadual, na CNBB, na CELAM. Apresentava também notícias das zonas pastorais e paróquias e notícias da Igreja a nível nacional. Na segunda parte, constavam os roteiros das reuniões das igrejas-base.

O Jornal diocesano *Pulsando* não seguia uma estrutura editorial definida. Não existiam seções definidas ou uma organização temática dos artigos e reportagens. Para efeito de análise, procuramos também classificar temas e assim analisá-los. Era comum no *Pulsando* haver uma “capa” com uma manchete, às vezes com fotos, que chamava à atenção para o assunto principal que seria tratado no exemplar do jornal. Por exemplo, nos meses da quaresma, provavelmente, a capa continha o tema e o lema da Campanha Fraternidade do ano. Se fosse o mês de agosto, poderia ter como tema “a vocação sacerdotal” ou setembro teria como tema a bíblia.

Segundo as primeiras edições do *Pulsando*, o jornal tinha como função principal ser um suporte litúrgico para as reuniões das igrejas-base. Assim, nas edições do jornal, sem ter um lugar definido na publicação, existia um “roteiro para as reuniões de base”. Para nossa pesquisa, esse item do jornal é de grande importância, pois, era aí que estava um caminho para a prática das igrejas-base. A metodologia das reuniões, como já foi mencionada, era o ver-julgar-agir. A cada etapa da reunião esse roteiro sugeria questões para reflexão, citações bíblicas, além de sugestões para a ação comunitária. Como um complemento para os momentos de reflexão nas reuniões existia uma série de textos no *Pulsando*. Estes eram chamados de “textos de pregação”. No que se refere à prática das igrejas-base tanto o “roteiro para as reuniões de base” e os “textos de pregação” se revelam de grande relevância para a compreensão das igrejas-base e das relações desta e toda a estrutura diocesana.

Além de ser suporte para as igrejas-base, outros níveis e serviços de igreja também utilizavam esse roteiro para reuniões, por exemplo, o serviço de ação jovem usava os mesmos temas propostos para elas.

A igreja-base, sendo, nível de igreja, se relaciona com o centro de poder, ou seja, o poder episcopal através do plano diocesano e do jornal *Pulsando*. O primeiro delimitando o que é a igreja-base e o segundo norteando sua prática. As relações de poder estabelecidas pelo “PLADAO” foram assimiladas pela base. Os mecanismos e dinâmica pensados pelo plano foram incorporados de forma a se fazer as reuniões. Inseridos no

discurso do bispo e do plano diocesano, as igrejas-base reivindicaram um modelo a ser seguido.

Para o bispo diocesano o jornal poderia ser o instrumento para a integração dos níveis de igreja na diocese. Disso podemos deduzir que, através do *Pulsando*, as relações de poder, ou a relação centro e base, eram incorporadas às igrejas-base. Através do *Pulsando*, o bispo estaria na reunião desta, como forma de mostrar que ela fazia parte do todo da diocese, que devia servir para união de todos os cristãos. Se a igreja-base seguisse esse novo subsídio para as reuniões estariam, de fato, inseridas no todo da Igreja.

Nessa primeira edição do jornal, um roteiro detalhado da forma como deveria acontecer a reunião da igreja-base. O *Pulsando* de nº 1 foi publicado no mês da quaresma de 1973 e o tema principal, sugerido para as reuniões, era a Campanha da Fraternidade²¹ (CF) de 1973. O roteiro se iniciava com algumas frases para reflexão. Que serviam para uma reunião. Em 1973, o mês de março teve cinco finais de semana, assim foram sugeridos a realização de cinco reuniões, uma por final de semana. Seguem os temas para reflexão para cada reunião em março de 1973:

- 1) O tema é a fraternidade como libertação. Libertação integral é a mensagem da Igreja.
- 2) A Igreja ensina que a libertação plena, o homem só irá alcançar na vida eterna, futura e definitiva. Mas essa vida futura já está presente aqui, hoje, agora. Ela começa com o nosso trabalho pela libertação de tudo quanto impede ao homem de realizar totalmente o seu ser humano em nossos dias.
- 3) Por isso, a libertação integral do homem é um processo permanente do Povo de Deus, enquanto peregrina neste mundo. O aspecto religioso se relaciona sempre com a vida toda. E o processo de libertação deve realizar-se de uma maneira que integre todos os aspectos da vida humana.
- 4) Toda educação de fé que queira ser realista deverá suscitar a consciência de que o

²¹ A Campanha da Fraternidade é uma campanha realizada anualmente pela Igreja no Brasil, sempre acontece no período da Quaresma. Seu objetivo é despertar a solidariedade dos católicos e da sociedade em geral em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira e buscar caminhos para sua solução. A cada ano, é escolhido um tema e um lema, que explicita em que direção pode-se dar a solução do referido problema e discussão do tema. A campanha é coordenada pela CNBB. Em cada campanha, há um “gesto concreto” que se expressa em uma coleta solidariedade, realizada no domingo de Ramos (domingo que antecede ao da Páscoa). Esta coleta é realizada em todo o país pelas paróquias e outras denominações cristãs que aderem a Campanha da Fraternidade. Cf. <http://www.cnbb.org.br/site/>

trabalho de libertação evangélica exige o compromisso dos cristãos de assumirem tarefas concretas de promoção humana. 5) Uma ação concreta que vise a libertação integral do homem deve, primeiro, estar de acordo com as exigências do evangelho, e em segundo lugar deve levar o cristão a se preparar seriamente através de um aprofundamento da fé e das ciências e técnicas humanas. (PULSANDO. N°1, Ano 1 - mar - 73, p.13)

Essas eram as cinco reflexões para o mês de março de 1973. A metodologia das reuniões era a do ver-julgar-agir. A primeira reunião, prevista para 4 de março, tinha como tema principal: “O evangelho é caminho e libertação”. Na etapa do “ver” o roteiro traz os seguintes questionamentos:

VER: Quais são os desejos de libertação dentro de você e fora de você? O que você entende pela palavra libertação? Existe algum movimento de libertação em sua paróquia, cidade, Estado, no Brasil? Esses desejos de libertação que vocês viram eles manifestam exigências fundamentais do coração humano? (PULSANDO. N°1, Ano 1 - mar - 73, p. 19)

O grupo refletia (individual e coletivamente) com base nas perguntas acima. Havia também textos de apoio para a reflexão, os chamados “textos de pregação”. Os textos de “pregação” ajudavam a aprofundar as reflexões. O texto do primeiro encontro tinha como título: “O evangelho é caminho de libertação.”

O texto de pregação citava formas de opressão como salário baixo, formas de preconceito relacionadas à escravidão.²² Instigava os membros das igrejas-base a buscarem a libertação da ignorância:

²² O tema da Campanha da Fraternidade de 1973 era “O egoísmo escraviza, o amor liberta” e refletia sobre as várias formas de “escravidão” a que nossa população está sujeita, e entre elas, a ignorância devido à falta de oportunidade educação em nosso país. Entendia a CF que a falta de educação formal era uma forma de escravidão, escravizado pela a ignorância o cristão deveria lutar pela libertação da ignorância. Na diocese de Apucarana da CF era a criação de uma Universidade Católica em Apucarana. PULSANDO. N°1, Ano 1 - mar - 73, pp. 3 - 4

Libertação é conversão. “COM-VERSÃO são duas palavras: “COM” que me leva a ficar “com” os valores, as coisas boas, positivas, verdadeiras, que existem em todos os contra valores, nas coisas más, negativas, falsas. E “VERSÃO” que é mudança, troca, atitude contra... Conversão, libertação é mudança de vida. Mudança de mentalidade. Mudança na maneira de ver as coisas. E só sente necessidade de mudar quem começa a se sentir descontente, insatisfeito com uma situação. Por isso, só há libertação onde há insatisfação. Por que os jovens na sua maioria estão satisfeitos com tudo? Estão contentes com tudo? Vivem naquela festa e gozação? *PULSANDO*. Nº1, Ano 1 - mar - 73, p. 19

Após essa reflexão, a etapa do ver, passava-se ao “julgar”. Era o momento também da leitura bíblica. A partir da leitura bíblica, buscava-se julgar a realidade, procurar respostas a partir das reflexões anteriores, e já propor ações.

Você acha importante retirar-se para um deserto para se converter? Por que? O que é deserto na vida de um cristão? Como você aplica o “convertei-vos e crede no evangelho” na sua vida? De que maneira o Evangelho e o caminho de libertação? Por que a conversão é a base de lançamento de todo o trabalho de libertação cristã? *PULSANDO*. Nº1, Ano 1 - mar - 73, p. 13

No dia 28 de março, daquele ano, a diocese de Apucarana iria criar o CEDIPI²³ e o roteiro comentava sobre a faculdade e perguntava como seria a participação das pessoas. Dessas reflexões, eram propostas as ações práticas. Naquele mês de março, a ação prática da diocese na CF era a criação da Universidade Católica de Apucarana. O

²³ CEDIPI significa Centro Diocesano de Promoção Integral e foi criado em 28 de março de 1973. Esta entidade foi criada para ser a mantenedora da futura Universidade Católica de Apucarana. Seria um centro de formação diocesano, um local onde aconteceria os cursos de formação à nível diocesano, retiros espirituais. Ligados ao CEDIPI nasceram o IFA (Instituto Filosófico de Apucarana) e o Seminário Menor. O prédio do CEDIPI abrigaria a Universidade Católica de Apucarana.

roteiro perguntava qual seria a ação dos membros da igreja-base.

AGIR: pergunta se sabem do gesto concreto proposto pela Diocese. O você pode fazer pelo ensino superior? Qual tipo de libertação integral em Cristo você pode fazer em seu meio? O que Deus está pedindo a vocês com relação à Universidade Católica de Apucarana? A reunião prepara vocês a longo prazo? *PULSANDO*. N°1, Ano 1 - mar - 73, p. 13

Como base nos roteiros para reuniões de base do *Pulsando*, podemos inferir que a reunião começava com o chefe da igreja-base lançando as questões para reflexão sugeridas pelo roteiro e depois abrindo para um debate. Nesta etapa do ver, o membro da igreja-base era levado a ter um posicionamento crítico com relação ao que era proposto como questão inicial. O tema principal da reunião era desdobrado em vários questionamentos que tinham como objetivo levar o membro da comunidade a observar, de maneira crítica, sua realidade, dentro e fora da comunidade, de forma individual e coletiva. Os textos de pregação colaboravam para dar mais conteúdo a esses questionamentos iniciais.

As reflexões e questionamentos iniciais completavam-se com a leitura e debate do texto de pregação. Concluída a etapa do ver, passava-se ao julgar. Esta etapa era o momento da leitura e reflexão bíblica, julgar a “realidade” a partir de textos bíblicos sugeridos pelo roteiro. Os textos bíblicos estavam relacionados com à liturgia da semana e não poderiam fugir disso.

As reuniões da igreja-base eram voltadas para a prática. Depois do “ver” e do “julgar” era a etapa do “agir”. A partir do tema proposto no roteiro das reflexões e discussões, do julgamento, era necessário, com base em tudo que foi dito na reunião, ter uma ação prática. Como a comunidade atuação com relação ao que era sugerido no roteiro.

Entre essas etapas haviam cantos, orações e pausas para reflexão pessoal. Ao final da reunião, havia um tempo para recados, agenda da paróquia e da diaconia. Era nesse tempo também que se podia escolher o local da próxima reunião.

As igrejas-base se configuraram como espaço de efetivação de um discurso renovador da Igreja daquele período. Através do “PLADAO”, a diocese pôde se organizar a partir da imagem projetada pelo Vaticano II. Criou uma série de mecanismos pelos quais dinamizou suas relações de poder. Os lugares do clero e dos leigos na Igreja

não foram alterados, porém, as práticas foram transformadas.

O bispo diocesano procurou, a partir de várias formas, moldar a prática de poder nos vários níveis de igreja. O “ver-julgar-agir diocesanamente” pode ser observado tanto no “PLADAO” quanto no *Pulsando*. A diocese funcionou como um organismo em que cada membro tinha função definida. Cada nível era animado pelas práticas diocesanas orientadas pelo centro, ou seja, pelo bispo. As visitas pastorais, as reuniões dos conselhos eclesiais, as missas, as novenas, as reuniões da igreja-base, e tantas outras práticas comunitárias demonstram que o poder poderia ser fluido.

A figura do bispo era visível em todos os níveis diocesanos, mas, sobretudo, nas igrejas-base. Os membros das comunidades de base compreenderam a renovação da Igreja através da atuação do bispo, planos diocesanos e roteiros do jornal *Pulsando*.

O bispo diocesano estabeleceu um processo de convencimento acerca das formas pelas quais a Igreja deveria se organizar após o Vaticano II. Vários mecanismos foram usados para esse fim. O “PLADAO” foi a primeira iniciativa efetiva para consolidação de um planejamento diocesano que colocasse em prática as diretrizes conciliares. À medida que o processo avançava, outros meios foram utilizados para a efetivação, em Apucarana, dessa renovação da Igreja. Nesse aspecto se destacou a elaboração de um jornal que pudesse dar base para as igrejas-base, assim, o jornal *Pulsando* se transformou em um caminho certo para as comunidades.

As igrejas-base, no planejamento diocesano, tornaram-se no foco principal da atuação pastoral do bispo diocesano. Elas eram uma parte da Igreja, eram um nível de igreja. Muito bem estruturada, contava com um chefe eclesial, que era eleito regularmente pela comunidade. Teoricamente as comunidades falavam a mesma língua. Em cada comunidade, esse conselho eclesial se reunia regularmente. Tudo isso funcionava, ao menos, nos planos diocesanos e no jornal *Pulsando*.

Os chefes eclesiais não se sobrepunham pela força ou por certo *status*, mas pelo saber que adquiriram na prática das reuniões. A ação orgânica da diocese transfigurou-se em um saber-poder. Podemos perceber esse saber através dos roteiros dos jornais. O “ver-julgar-agir” nas igrejas-base foi esse saber.

A iniciativa de criação de um jornal que tivesse um roteiro para reuniões demonstra a preocupação dos membros das igrejas-base para com a observância do que foi planejado.

O bispo exercia seu poder através da ação do convencimento de que a Igreja, naquele momento, estava aberta ao mundo moderno, que procurava se aproximar de seus fiéis nos mais diversos contextos sociais. A Igreja pós-Vaticano II procurou conhecer as linguagens que pudessem contribuir para um maior conhecimento sobre os católicos.

No “PLADAO”, constavam o planejamento, a definição dos papéis dos

membros do clero e laicato, a implantação de metas a serem cumpridas, as instâncias de controle de ação de todos nos níveis de igreja. Isso demonstrou que o exercício de poder na diocese de Apucarana foi a efetivação de um saber e que foi levado a cabo através das ações do bispo diocesano.

Os jornais *Pulsando* demonstravam como poderia ser a prática não só das reuniões da igreja-base, mas, de toda a diocese. Os jornais demonstraram que no dia-a-dia destas instituições era possível participar das ações da Igreja, porém, desde que os membros assumissem o caminho apontado pelo planejamento diocesano.

Referências Bibliográficas

- BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BEOZZO, José Oscar. Igreja e Política. In: HISTÓRIA VIVA. Ed. Temática n° 2. 1999.
- _____. *Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia. 1959 – 1965*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- CELAM. *Documentos da CELAM – Medellín (1968)*. In: DOCUMENTOS DA IGREJA: DOCUMENTOS DO CELAM. São Paulo: Paulus, 2004.
- DREYFUS, H. L. e RABINOW, P. *Michael Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.119
- DELUMEAU, Jean. *De religiões e de homens*. Tradução: Nadyr de Salles Penteadó. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo J. e; MAINWARING, Scott. (Orgs.) *A Igreja nas bases em tempo de transição. (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- FOUCAULT, Michael. *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GUIMARÃES, Almir Ribeiro. *Comunidades de base no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978
- LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. 2000
- _____. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa central (um estudo de afinidade eletiva)*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. Oprimidos: a opção pela Igreja, In: REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, vol. 41, dez. 1981, p.643-653.
- PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. In: TEMPO SOCIAL, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1 pp. 33-49.
- RODRIGUES, Solange dos Santos. *A produção intelectual sobre as Ceb's no Brasil: primeira*

fase: 1967-1979 In: Memória e Caminhada, Brasília, UCB, n. 2, abr. 02

SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato e conflito social: uma história da igreja católica no Brasil*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

_____. *Diálogos na Sombra: Bispos e militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 99.

TEIXEIRA, Faustino L. C. *A Gênese das ceb's no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1988

VIER, Frederico (Coord.). *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.